

SOUSA, GRAÇA DE, 2021. *PEGADAS NA AREIA*. LISBOA: CHIADO BOOKS

FRANCISCO TOPA

Ouve-se às vezes — sobretudo aos representantes do *mainstream* literário — que em Portugal se escreve de mais, se publica de mais e se lê de menos. Ouve-se também dizer aos mesmos agentes, embora mais em surdina, que o alargamento do número e tipo de editoras e de formas de edição terá gerado uma diminuição da qualidade média das obras. Em ambos os casos estamos perante opiniões, que obviamente merecem reflexão, mas que não passam disso, tanto mais que não foram demonstradas nem serão sequer demonstráveis.

Da minha parte, e mantendo o mesmo registo da opinião, direi precisamente o contrário: é bom que se escreva cada vez mais (e não esqueçamos que não há escrita sem leitura) e que se publique cada vez mais. Há muita gente que, por esta ou aquela razão, talvez nunca venha a fazer uma carreira literária tradicional, mas que tem imenso talento e que tem coisas importantes a dizer. De resto, se o nosso *mainstream* fosse de facto de altíssimo nível, não teríamos apenas um Prémio Nobel. E a nossa história literária não estaria cheia de exemplos como os de Manuel Reis Ventura, vencedor em 1934 do Prémio Antero de Quental, em competição com *Mensagem*, de Fernando Pessoa.

Vem isto a propósito de *Pegadas na areia*, um bom romance — como tentarei mostrar — que nos coloca de imediato uma questão a que não é fácil responder e que talvez hoje já não importe muito: trata-se de uma obra portuguesa, angolana, luso-angolana, angolana-lusitana, lusófona ou uma outra coisa para a qual ainda não

temos palavra mas que se situará no domínio do pós-nacional (que não é o mesmo que apátrida)? Embora possa parecer menor, este é um ponto de interesse.

É certo que se diz muitas vezes que a literatura não tem fronteiras, o que não deixa de ser verdade, sobretudo agora que o comércio eletrónico e que os meios digitais facilitam enormemente a circulação dos textos. Mas, apesar disso e daquilo a que muitos, na esteira de Zygmunt Bauman, chamavam as fronteiras líquidas (antes das crises de refugiados, da covid-19 e da invasão da Ucrânia) — portugueses e angolanos continuamos a ser formados segundo um modelo educativo (e cívico) que estabelece um marco claro entre nós e os outros. E isso prejudica a receção de obras como *Pegadas na areia*, em que a noção de fronteira é bem mais complexa.

É que a autora pertence a uma geração que muitas vezes foi propositadamente esquecida e silenciada, em Angola e em Portugal: a dos que quiseram ser angolanos sem apagar o seu fundo português e que, em momentos diferentes da história, tiveram dificuldades em ser reconhecidos como iguais em cada um dos espaços. Quase sempre ligados — por laços familiares e geracionais — aos errada e depreciativamente chamados *retornados* (como explica Graça de Sousa na p. 146, muitos deles não estavam a *retornar*, estavam a pisar pela primeira vez o solo da antiga metrópole), estes cidadãos não chegaram a alcançar grande visibilidade social nem política e poucas vezes foram objeto de representação literária.

E, no entanto, tal como os africanos que se fixaram em Portugal em 1974-75, também eles foram elementos decisivos na sobrevivência e desenvolvimento dos países em causa, ficando igualmente marcados pela perda a que Graça de Sousa chama mutilação da alma. Dando voz a esta geração que, 48 anos depois da independência, está em vias de desaparecer, a autora não só contribui para a reparação de uma injustiça histórica como coloca uma questão que importa muito ao futuro do mundo de língua portuguesa.

O título do romance indica, por antecipação, tanto esse propósito de balanço (a pegada é o que fica de um caminho, que se faz descalço, em modo, pois, de despojamento) quanto uma certa ideia de precariedade: apesar de ser uma marca, apesar de ser única, a pegada está condenada a desaparecer, como aliás explica a autora na nota de abertura. E nisso reside outra pista importante para a leitura da obra: em vez das grandes sagas que estão em moda, este é o romance de uma mulher que não se quis heroína nem personagem de exceção, mas antes alguém que não visava mais que ser cidadã comum do tempo e do espaço que lhe coube viver. Contudo, acontecimentos excepcionais fizeram dela uma testemunha privilegiada, uma protagonista discreta e uma vítima silenciosa que recusa sempre pôr-se em bicos de pé, como o sugere até a discreta evocação de Viriato da Cruz subjacente ao título (refiro-me ao poema «Namoro» e à «areia da marca que o seu pé deixou»).

A estrutura do romance, com as suas cinco divisões, dá bem conta da vida de uma mulher, branca, da classe média, do sul de Angola, e da vida de um país que passa da administração colonial à independência, mergulhando numa guerra civil

interrompida em 1992 mas só terminada uma década depois. Jogando sempre nesta alternância entre um plano pessoal e um plano coletivo, o romance parte de um núcleo pequeno de personagens, basicamente duas amigas que frequentam o ensino secundário, para se abrir progressivamente num amplo leque de figuras bastante diversas que mostra bem a riqueza do complexo humano luso-angolano (ou angolano-lusitano).

À medida que a história vai sendo contada, vamos tomando contacto com espaços, tempos, culturas que poucas vezes têm sido apresentados de uma perspetiva feminina e, mais importante ainda, de uma perspetiva pacificada, mesmo se dolorida. De facto, no tempo em que vivemos, é raro encontrarmos relatos que não estejam marcados pelo grito do protesto, da reivindicação, da chamada de atenção. Ora, é outro o registo de Graça de Sousa, o que não significa que o romance seja marcado pela resignação, pela desistência ou pela assepsia. Pelo contrário: estão presentes todos os temas daquilo a que podemos chamar um discurso progressista, como a crítica às restrições da liberdade feminina, a certos aspetos do ensino religioso ou aos castigos que as autoridades aplicavam aos empregados negros a pedido dos seus patrões. Temos, além disso, a defesa do casamento inter-racial ainda no período colonial ou a sugestão de uma espécie de flexibilidade na união conjugal, sobretudo a partir do momento em que a maturidade se converte numa espécie de enquistamento que não beneficia nenhuma das partes.

O mesmo se passa com os acontecimentos do tempo histórico, sempre narrados de forma equilibrada, própria de quem tenta compreender, mais que julgar. É assim que o leitor toma contacto com as

ocorrências de 1961 que desencadearam a luta de libertação (ou guerra colonial, na perspectiva portuguesa), ao mesmo tempo que é informado das melhorias introduzidas, nesse mesmo ano, ao nível do ensino. Segue-se a Revolução dos Cravos, a independência e o clima de intimidação que a acompanha, com a fuga, muitas vezes dramática, de milhares de cidadãos, a guerra civil, a deterioração da situação económica, as lojas do povo e os cartões de abastecimento. Pelo meio, vai aparecendo uma ou outra nota de humor, como a compra de um porco com sabor a peixe, a fazer lembrar a conhecida novela *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui. Temos depois a Revolta Ativa e as prisões, o 27 de Maio de 1977 e a morte de Agostinho Neto, episódios que têm repercussão sobre a protagonista e aqueles que lhe estão próximos. Acompanhamos ainda o aparecimento da corrupção e do novo-riquismo de alguns dirigentes, os acordos de Bicesse e o desastre a meio das eleições de 1992 e, por fim, a nova Luanda, «Uma cidade em que o moderno, ostensivamente pretensioso, berrava com tudo o que o cercava. Prédios rasgando os céus, habitualmente desabitados e com enormes fachadas de vidro, implantados em ruas escavacadas e sujas» (pp. 270-1).

Esta reconstituição do passado histórico é por vezes pontuada por algum didatismo, certamente necessário ao leitor mais jovem ou menos informado. Sirva de exemplo a referência a pormenores como o «selo de povoamento», criado em 1962, com uma imagem que pretendia ser um sinal de integração multirracial (p. 46).

Idêntico cuidado é posto na narração das andanças de Maria Eduarda, personagem para sempre dividida e em permanente construção, perante si mesma e

perante os outros. Um dos aspetos mais interessantes, do ponto de vista psicológico, é a sua relação com a mãe, sobretudo quando esta última vai perdendo facultades e se aproxima do fim da vida. Merece destaque a cena em que o narrador dá conta do bloqueio da protagonista quando se vê obrigada a levar a mãe à casa de banho mas não se atreve/não consegue tirar-lhe a fralda:

Nunca o seu agnosticismo lhe pareceu tão pesado! O sentimento de culpa deveria ser partilhado com Deus, um Deus misericordioso e complacente. À falta d'Ele, só a mãe poderia perdoar-lhe, mas uma enorme barreira decorrente da falta de cumplicidade separava-as, e isso impedia-a de fazer o acto de contrição. Pecado que não é perdoado dificilmente é esquecido, pelo que o triste acontecimento se manteve vivo na sua memória para a mortificar ou, então, para lhe mostrar quanto era vulnerável (pp. 233-4).

Cenas como esta revelam a capacidade narrativa de Graça de Sousa, que é aliás acompanhada da mestria ao nível dos jogos de palavras, da composição de aforismos e da descrição de certos aspetos da natureza. Para o primeiro aspeto, sirva de exemplo esta passagem:

De vestes negras, madres e irmãs, negra era também a concepção que faziam do amor entre homem e mulher (p. 34).

Quanto aos aforismos, vejamos estas duas ocorrências:

Ser menino é acordar e sorrir; mais que isso, ser menino é acordar a sorrir (p. 81).

A velhice é a morte a entrar sub-reptícia, mas decididamente, na vida de cada um, preparando-o para a posse final sem rebeldias, com conformação e, se tardar muito, como uma bênção, pondo fim à degradação progressiva e dolorosa (p. 227).

Relativamente à descrição, atente-se nesta passagem, relativa ao vento que se faz sentir ao largo de Luanda:

ventos programados, sem rajadas, como se de uma ventoinha com velocidade fixa se tratasse, vento que quase todos os dias nasce em determinado ponto do quadrante,

brando, brandinho, e se vai intensificando, enquanto gira para ficar vigoroso, mas constante, pelo entardecer. Depois, abruptamente queda-se e despede-se até ao dia seguinte (p. 164).

Vale, pois, a pena ler este *Pegadas na areia*: como uma história — provavelmente com um fundo autobiográfico — que nos prende em muitos dos seus aspetos romanescos; mas também como um testemunho histórico que nos deve fazer pensar sobre o futuro do mundo de língua portuguesa, um futuro idealmente sem amos e sem fronteiras, em que não haja mais lugar para almas mutiladas.